



4^a Conferência das Cidades

**Eixo 3 - A integração da política urbana no território:
política fundiária, habitação, saneamento, mobilidade
e acessibilidade urbana**

Marcos Fowler



- **Direito à moradia:** inserção constitucional através da EC nº 26/2000 no artigo 6º (direitos sociais) e importa em:
 - Segurança legal da posse
 - Disponibilidade de serviços e infra-estrutura
 - Custo acessível
 - Habitabilidade
 - Acessibilidade
 - Localização
 - Adequação cultural



- **Direito à cidade:** disciplina na CF e no Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257/2001:
 - Usufruir da cidade em condições de igualdade e com justiça social: saneamento, coleta de resíduos, transporte público, moradia, educação, trabalho, assistência social, cultura, lazer, informação, saúde, alimentação e meio ambiente
 - Participar da gestão democrática
 - Não sofrer discriminação de qualquer forma (principalmente os integrantes de grupos mais vulneráveis)

A 4ª CONFERÊNCIA DAS CIDADES



EIXO 03 - A INTEGRAÇÃO DA POLÍTICA URBANA NO TERRITÓRIO: POLÍTICA FUNDIÁRIA, HABITAÇÃO, SANEAMENTO E MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE URBANA

Desafios a serem debatidos:

- 1) Na administração municipal e estadual, quais são os órgãos ou secretarias responsáveis pelas políticas de habitação, transporte e mobilidade, saneamento e planejamento urbano?
- 2) As políticas setoriais, obras e serviços de habitação, transporte e mobilidade, saneamento e planejamento urbano são planejadas e executada de forma integrada?
- 3) Quando se implantam novas habitações ou se faz regularização fundiária, as áreas são equipadas com luz, água, esgoto, coleta de lixo, vias de acesso, transporte, comércio e serviços? São próximas às áreas urbanizadas?
- 4) O município está integrado a uma política regional ou metropolitana? Participa de consórcios metropolitanos ou intermunicipais? Quais? Existe integração de tarifas ou serviços entre os municípios da região?
- 5) Há integração das políticas de habitação, transporte e mobilidade, saneamento e planejamento urbano com as demais políticas sociais, como as de saúde, educação, assistência ou desenvolvimento social?
- 6) Há obras do PAC no município? Essas obras levam em consideração o Plano Diretor e as políticas setoriais de habitação, transporte e mobilidade, saneamento e planejamento urbano?
- 7) O que precisa melhorar no saneamento: água potável, coleta de lixo, coleta de esgoto, tratamento do esgoto e drenagem de águas pluviais?
- 8) O que precisa melhorar no transporte, mobilidade e acessibilidade urbana?



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO PARANÁ



EIXO TEMÁTICO	PROPOSTAS CLASSIFICADAS	PROPOSTAS RECEBIDAS DE OUTROS EIXOS	PROPOSTAS ESPECÍFICAS	TOTAL CONSIDERADO
EIXO 1	386	19	52	457
EIXO 2	391	50	79	520
EIXO 3	502	167	67	736
EIXO 4	415	37	86	538
TOTAL	1.694	273	284	2.251



EIXO 3 - PROPOSTAS APRESENTADAS

1 - Saneamento -	193
2 - Mobilidade e acessibilidade -	143
3 - Articulação interinstitucional e inter-regional –	141
4 - Habitação -	114
5 - Meio ambiente -	40
6 - Criação de conselhos, capacitação, participação e controle social –	38



- **Plano municipal de saneamento**, vinculado ao plano regional/estadual e ao Plano Diretor, cujos eixos devem ser:

(i) universalização da água potável e canalizada, da coleta de lixo, da rede de esgoto e estação de tratamento e do manejo de águas pluviais;

(ii) participação e controle social;

(iii) cooperação federativa;

(iv) integração das políticas públicas de saúde, recursos hídricos, meio ambiente e de desenvolvimento urbano, rural e regional;

(v) gestão e sustentabilidade social, ambiental e econômica.



- **Fundo de reserva** para incrementar ações em investimentos em saneamento, nas áreas urbana e rural, com arrecadação junto aos exploradores de recursos hídricos, como hidrelétricas, concessionárias de fornecimento de água e outros.
- Ampliação do sistema de **captação de água potável** e melhoria do sistema de distribuição existente;
- Extensão de **rede de galerias pluviais** e realização de projetos de emissários para macrodrenagem urbana, respeitando as microbacias;
- Implantação do **sistema de coleta seletiva** e disposição adequada de lixo urbano, com campanhas para conscientização e mobilização comunitárias.



- Melhoria da **mobilidade e acessibilidade urbana**, por meio de políticas de transporte, trânsito e sistema viário, integradas ao Plano Diretor Municipal, que priorizem o sistema de transportes urbanos coletivos ao individualizado e ampliem a noção de mobilidade urbana com segurança, facilitando a circulação de pessoas com mobilidade reduzida



- **Plano diretor** do sistema viário
- Adequação das vias urbanas e dos prédios públicos à legislação sobre **acessibilidade**
- **Ações educativas e de fiscalização** para promover as condições necessárias ao trânsito seguro, ao transporte e à mobilidade nas áreas públicas, privadas e de uso coletivo



- Incentivo ao **serviço público de transporte** e seu uso, de acesso universal e integrado, bem como às novas e modernas formas de locomoção e acessibilidade (ciclovias, trens urbanos, etc.)
- Priorizar programas de **melhoria das estradas rurais**, para facilitar o transporte de alunos, moradores e o escoamento dos produtos da agropecuária



- **Articulação interinstitucional (U., E. e M.), e inter-regional**, para a formulação, implementação e gestão da política urbana no território, articulando as políticas fundiária, de habitação, mobilidade e acessibilidade, saneamento e desenvolvimento regional, com estabelecimento de metas comuns nessas áreas, adequação dos projetos à realidade local, garantida a participação dos vários segmentos da sociedade e a previsão dos recursos necessários



- Elaboração e implementação de **planos municipais** de saneamento básico, habitação e mobilidade e acessibilidade
- Fortalecimento das **RMs** institucionalizadas (RMC, RML, RMM), mediante gestão metropolitana colegiada, constituição de **consórcios metropolitanos** de desenvolvimento urbano e criação de **unidades administrativas descentralizadas** para implementação da política urbana



- Implementação da **moradia digna**, mediante a efetivação do **Plano Nacional de Habitação** (PLANHAB) e a criação de órgão responsável pela elaboração e implementação de planos municipais de habitação e do fundo respectivo
- **Regularização fundiária**, urbana e rural
- Expansão da abrangência dos **programas habitacionais** para municípios com menos de 20 mil habitantes



- Levantamento, pelo Estado, do **déficit habitacional** no Paraná
- Aquisição de áreas para **locação social** e utilização das áreas do município para habitação social
- Habitações **próximas** às regiões concentradoras de **empregos** e aumento do percentual de unidades para portadores de necessidades especiais e idosos
- Mecanismos de **destinação**, como contrapartida, nos grandes empreendimentos imobiliários, de **habitações de interesse social**
- Vinculação de 2% dos recursos orçamentários da União e de 1% dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos Fundos de Habitação de Interesse Social (**PEC nº 285/2008**)



- **Preservação e educação ambiental**, incluindo preservação e recuperação de nascentes e rios, mata ciliar, coleta seletiva e destinação dos resíduos, colocação de cercas, placas de advertência, sinalização e monitoramento em áreas de preservação permanente
- **Revisão da legislação florestal** e arborização de espécies mais resistentes a pragas e aos ventos
- **Matriz de responsabilidades** definidas quanto à destinação dos resíduos e dos materiais altamente poluentes e tóxicos
- Implementação do **plano de gerência de recursos hídricos**, com previsão financeira, fiscalização e monitoramento



- Garantia da **participação popular** e do **controle social**, com a previsão de conselhos em todas as esferas de governo
- Criação de instrumentos e mecanismos que possam facilitar o **acesso a todas as informações** sobre os conselhos das cidades (atuação, composição, legislação pertinente)
- **Capacitação** para conselheiros municipais, de forma descentralizada e regionalizada, com garantia à formação continuada e à participação popular
- **Integração** entre as diferentes políticas públicas incidentes na política urbana e participação na avaliação de propostas de infra-estrutura e grandes equipamentos urbanos do conselho municipal das cidades